Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, Março 2009: 153-167

MARÍLIA VERÍSSIMO VERONESE

Subjetividade, trabalho e economia solidária

O artigo relaciona os processos de subjetivação, entendidos como processos sempre relacionais e geradores de formas de sociabilidade diversas, com o trabalho na economia solidária. Inicialmente, discute-se a articulação teórica entre subjetividade e atividade laboral. Em seguida, a dificuldade de construir a autogestão baseada na autoridade compartilhada é problematizada, com base em dados empíricos recentemente coletados junto a empreendimentos econômicos solidários (EES) de diversos segmentos e portes, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Palavras-chave: Economia solidária, identidade solidária, subjectivação, identidade laboral, autogestão.

Introdução

A articulação teórica entre subjetividade e atividade laboral é sem dúvida uma temática relevante para as ciências sociais, já que o trabalho pode ser considerado categoria importante nos processos de constituição das identidades.

A maneira como cada pessoa atribui sentido à sua relação com o trabalho dá-se de modo singular, único; mas sempre a partir do registro coletivo. Não podemos pensar os processos de subjetivação como exclusivamente individuais, vividos pelo sujeito na construção do seu mundo interno, mas sim como processos de socialização, sempre relacionais, geradores de formas de sociabilidade diversas. O sujeito constitui-se através dos processos socializadores nos quais se insere ativamente e dos quais resultam seus comportamentos, emoções, cognições e ações.

O trabalho está imerso na vida diária, sendo dela constitutivo (Berger e Luckmann, 2007), e os processos sempre relacionais que envolvem o trabalho, que o engendram e o constituem, assumem configurações peculiares em cada situação social, delimitada territorial e temporalmente. Todas elas, entretanto, são constitutivas da vida das coletividades que abrigam os sujeitos individuais – a consciência de si que chamamos de "eu" – e destes próprios, como alguém que age sobre o mundo para apreendê-lo.

Esse texto se propõe, a partir de um registro empírico coletado junto a 6 empreendimentos econômicos solidários (EES) de diferentes tipos e segmentos, relacionar o trabalho associativo e autogestionário com a produção de subjetividade, partindo do princípio de que a autogestão envolve participação coletiva e autoridade compartilhada.

A economia solidária hoje, no Brasil, cresce como campo de práticas econômicas calcadas em noções de justiça, equidade, responsabilidade social e ambiental. Segundo Gaiger (2009: 181), "O conceito de *empreendimento econômico solidário* compreende diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores/as, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade". As experiências, dentre as quais destacam-se grupos de produção, associações formais e informais, cooperativas e empresas de autogestão, praticam, em graus variados, a socialização dos meios de produção e a autogestão. Dentre seus pressupostos estão a valorização da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade em que se inserem.

Contemporaneidade, subjetividade e trabalho

As interações sociais só podem ser compreendidas através de uma aproximação complexa; nenhum campo disciplinar dá conta, sozinho, de objetos multidimensionais tais como o sujeito em interação e o trabalho. Para tanto, as dimensões objetiva e subjetiva envolvidas na divisão e gestão do trabalho precisam ser consideradas de forma dialética, não dicotômica. No *locus* do trabalho, a objetividade é negociada intersubjetivamente, construída na prática cotidiana entre os sujeitos e as demandas da organização ou coletividade que os abriga.

Com o intuito de articular os conceitos de subjetividade e trabalho, vejamos alguns conceitos que auxiliam esse propósito. Para Rey (2003), a subjetividade pode ser definida como um processo complexo de construção simbólica de sentidos, sobre si e o mundo, simultaneamente um fenômeno da pessoa ou sujeito singular e de seu lugar sócio-histórico.

Conforme Guattari (1992), a subjetividade é plural, polifônica, e as origens de sua produção não podem ser analisadas nem no indivíduo, nem somente em termos infra ou supra-estruturais. Os processos de semiotização que estão em sua base não são dotados de fixidez, além de incluir aspectos etológicos e ecológicos. Esse autor utiliza o termo *subjetividade capitalística*, para denominar a forma de subjetividade massificada pelos ditames hegemônicos do capitalismo global. O sufixo "ístico" é utilizado para significar tudo que vai além dos aspectos econômicos do capitalismo. Acrescenta ele (1992: 34), prevendo a articulação entre as dimensões coletivas e individuais,

como podemos ver: "é a subjetividade individual que resulta de um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, tecnológicas, de mídia, etc."

Os processos de subjetivação são aqui definidos como *formas de socialização*, ou *conformação de modos de ser*, sofridos no âmbito do coletivo de trabalho. O trabalho é *locus* do estabelecimento de relações onde as competências cognitivas e afetivas do sujeito são postas a prova, desenvolvidas, intensamente vivenciadas através das múltiplas experiências que o contexto laboral proporciona. É impossível dissociar, nessa perspectiva, psicogênese[1] e sociogênese[2] das emoções, cognições e ações de um sujeito; são processos concomitantes e os tomamos, articulados, como processos de subjetivação. Daí a importância de destacar a noção de subjetividade, quando as ciências sociais se debruçam sobre o trabalho, os modos de trabalhar e as relações que ali se estabelecem.

As mudanças que advêm da emergência de um regime de acumulação globalizado, que vai centrar-se no trabalho vivo, cada vez mais imaterial e demandante de habilidades comunicacionais, impactam fortemente na subjetividade dos trabalhadores. Sendo assim, o que acontece com o proletariado urbano, especialmente na semiperiferia do sistema mundo? Como vivencia as transformações que envolvem "trabalho imaterial e subjetividade" (Lazzarato e Negri, 2001: 25), caso esteja atuando nas empresas de novos *designs*? Mas se estiver excluído do mercado formal, para onde vai, que experiências o aguardam? Como as ciências sociais se posicionam diante desses desafios?

Tittoni (1994) destaca a importância da vivência, como a dimensão subjetiva da experiência. Os significados atribuídos à experiência de trabalho compõem a maneira como o sujeito apreende e expressa seu recorte singular do mundo, vivenciando-o no espaço da subjetividade: "existe uma dinâmica da construção da cultura que está vinculada, de modo direto, às experiências vividas em um determinado momento" (*ibid.*: 29). O fato é que uma análise dos processos de subjetivação não pode dar-se deslocada de uma análise societal, sócio-histórica, que possa contextualizar o momento, o espaço-tempo onde as relações sociais e as subjetividades são produzidas.

Para Santos (2000) o que está em jogo hoje é a disputa epistemológica entre dois paradigmas: o *hegemônico* (da forma de conhecimento e racio-

---

[1] Psicogênese: Origem e evolução das funções psíquicas (atenção, percepção, memória, orientação, pensamento, afetos, emoções, volição, julgamento crítico, simbolização, linguagem).

[2] Sociogênese: Origem e evolução dos processos sociais.

nalidade da ciência moderna, das práticas socioeconômicas capitalistas) e o *emergente*, que consiste em experimentações na busca de modos diferentes de conhecer, relacionar-se e ser. Quando o capitalismo torna-se, ao longo dos últimos séculos, além de um modo de produção, um sistema civilizacional, hegemoniza-se certo modo de produzir presenças e ausências nas sociedades. A ausência pode ser produzida pelo genocídio, pelo epistemicídio (extermínio de formas de pensar e conhecer) ou pode ser produzida pela desqualificação, pela determinação de quem "vale" ou quem "não vale". Essa lógica funciona como um fator de subjetivação, como uma construção social que, em parte, determina que lugar as pessoas ocupam na sociedade, na comunidade, no trabalho. Um bom exemplo disso encontramos nos atores da economia social e solidária. Especialmente em alguns segmentos, como por exemplo a reciclagem de lixo, os sujeitos ocupam um lugar totalmente desqualificado na perspectiva da lógica hegemônica.

Buscamos compreender, na pesquisa que originou esse texto, como essas pessoas subjetivam essa condição de imputada "inferioridade", ao participarem de um EES, e como atribuem sentido à experiência de trabalho autogestionário, tentando fazer frente a seus desafios.

Solidariedade e trabalho: Novas possibilidades de subjetivação?

O olhar reflexivo sobre o trabalho é um olhar sobre nós mesmos, como convivemos e como nos (re)produzimos de forma continuada. Na dialética de produzir a cultura, podemos construir alternativas solidárias de vida, sempre atravessadas pelas maneiras como trabalhamos e produzimos o que necessitamos para viver.

Atualmente, a sociedade tem produzido respostas variadas aos desafios da inclusão social digna, e também do resgate do trabalho como suporte identitário. Uma delas é o trabalho associativo do campo da economia solidária. Pesquisas recentes tentam compreender o sujeito que se constitui nos processos autogestionários de trabalho, como um contexto em construção, no qual circulam discursos e produzem-se práticas que valorizam a autonomia e a solidariedade, buscando a constituição de uma comunidade de aprendizagem no trabalho (Veronese, 2005a, 2005b e 2006; Andrada, 2005).

Sabe-se que dificuldades obstaculizam os propósitos éticos dos agentes do campo da economia social e solidária, também conforme mostram estudos já conduzidos no Brasil e no exterior (Gaiger, 2004; Santos e Rodriguez, 2002). Contudo, a emergência de modos mais solidários de produzir, distribuir e consumir evidencia as potencialidades positivas da contemporaneidade, que também engendra seus novos processos de subjetivação num sentido emancipatório, considerando a emancipação

como liberdade para criar territórios existenciais singulares através de coletivos potentes.

Entender o sujeito dentro da concepção e do projeto de emancipação significa, porém, pensá-lo e inscrevê-lo dentro de *múltiplas possibilidades*. O sujeito solidário, mas livre, precisa poder escolher, intersubjetivamente, dentro de seu contexto, a melhor forma de emancipação. O caráter contraditório das relações sociais na contemporaneidade abre espaços para que distintos atores sociais busquem oportunidades para o encaminhamento de suas demandas, incluindo aqueles que se vêem sem possibilidades de inclusão digna no mercado de trabalho predominantemente capitalista.

Diante dessa realidade, o trabalho associativo e cooperativo parece ser uma das respostas viáveis, em termos de condições e meios de trabalho, ao considerar-se o empobrecimento das populações e a falta de oferta de emprego. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento faz a distinção entre o crescimento econômico que é favorável aos pobres (*pro-poor*) e o crescimento que discrimina os pobres (*anti-poor*). Mesmo havendo um relativo crescimento econômico, os pobres não conseguem integrar-se no processo de expansão, podendo tornar-se o trabalho veículo de precarização e não de melhoria da qualidade de vida dos que trabalham (Sachs, 2004).

A formação de redes de produção e consumo solidários acrescenta aspectos como reciprocidade e vínculos sociais fortalecidos à lógica econômica, podendo consolidar o papel da economia solidária no desenvolvimento de atividades econômicas e de geração de renda com justiça social e responsabilidade ambiental. A força dos EES reside no fato de eventualmente combinarem o espírito empresarial e o espírito solidário, unindo os vetores da autogestão com os da eficiência (Gaiger, 2004). Entretanto, muitas são as precariedades enfrentadas, especialmente em países da periferia do sistema mundial, que já ocupam um lugar subalterno na divisão internacional do trabalho.

O objetivo do empreendimento solidário é a obtenção da quantidade e da qualidade do produto ou serviço que venha a atender a demanda social, e não apenas maximizar o lucro. O excedente terá seu destino decidido pelos trabalhadores em assembléia, pois a propriedade e concepção coletivas dos meios e da gestão do trabalho deverão ser características do empreendimento solidário. Tais critérios, obviamente, não são encontrados de forma absoluta nos empreendimentos, existindo diversos graus de apropriação dos mesmos, bem como de práticas autogestionárias.

A autogestão diferencia-se da heterogestão, onde a alta cúpula decide, orienta e define os rumos dos processos *da* e *na* produção. Na autogestão, as decisões deverão dar-se no coletivo, discutindo-se em grupo quais são

as ações prioritárias; é definida como o conjunto de práticas que propicia a autonomia de um coletivo responsável pela concepção e decisões dos processos de gestão, entendida como um fenômeno multidimensional que ultrapassa a noção de gerência, abrangendo aspectos políticos, técnicos, psicossociais, etc. (Albuquerque, 2003). E, certamente, exige novos processos de subjetivação, para que se potencialize a ação coletiva dos trabalhadores, através das relações entre sujeitos individualmente propensos ao enfrentamento desses desafios. Sujeitos capazes da operação crítico-reflexiva de pensar na própria existência, tomando decisões e compartilhando dificuldades.

Segundo Singer (2002), a gestão cooperativa, ou gestão coletiva do empreendimento por todos os seus sócios através do sistema de "uma pessoa um voto", surgiu na Europa no início da industrialização, como forma de superar a oligocracia empresarial. Tem-se difundido mais intensamente na medida em que o modelo empresarial predominante no capitalismo globalizado passou a gerar a precarização da relação assalariada e enfraquecimento das organizações dos trabalhadores. Faz-se necessário analisar com cuidado as experiências em curso, numa abordagem crítica que revele pontos positivos e negativos em cada processo. Espera-se, no pólo positivo, a emergência de uma sociabilidade comunitária, onde sujeito e coletivo sejam dimensões complementares e onde os conflitos – inevitáveis onde haja pessoas em relação – sejam trazidos à esfera pública do empreendimento e devidamente reconhecidos como tal.

Mesmo ciente da dificuldade existente nesse processos, pesquisas recentemente conduzidas (Veronese, 2005a, 2005b e 2007; Andrada, 2005) permitem afirmar que o trabalho na economia social e solidária, pelo modo de gestão que lhe é próprio, tende a aumentar os processos de dialogia entre os atores, propiciando que o circuito de doação e recepção de elementos necessários ao psiquismo se fortaleça. A oportunidade de falar e manifestar-se em assembléias e reuniões propicia que o sujeito se constitua, na ação e na linguagem, na produção simbólica e na interação, num sentido emancipatório. É com base em observação empírica que se acredita que o trabalho organizado de forma autogestionária e solidária pode permitir formas de subjetivação emancipatórias, para além de fórmulas prontas ou ditames da gestão. Não há nenhuma garantia que esse processo ocorra; mas sua construção será possível na medida em que a dialogia entre os/as trabalhadores/as for sendo desenvolvida.

Passamos agora a uma análise de parte do registro empírico realizado junto a EES na região sul do Brasil nos últimos 5 anos, o que nos dá uma ideia do difícil processo de apropriação dos modos de trabalhar solidários e autogestionários.

A difícil busca da autoridade compartilhada

Santos (2000) avalia que o horizonte de emancipação social que lhe instiga a trabalhar categorias sociológicas, filosóficas e psicológicas leva seu interesse a centrar-se na transformação das relações de poder existentes como *dominação* para a forma de relações de *autoridade compartilhada*. Parece-me, então, que não analisar a questão dos modos de produção de poder é deixar de fora o coração da problemática do trabalho e da subjetividade na economia solidária, com os espaços laborais que engendra e as lutas de poder que ali se travam. É característico das nossas sociedades o fato de a desigualdade material estar profundamente entrelaçada com a desigualdade não material, sobretudo com a educação desigual, a desigualdade das capacidades representacionais e expressivas e ainda a desigualdade de oportunidades para organizar interesses e participar autonomamente em processos de tomada de decisão. Portanto, faria sentido explicar através dessas assimetrias a dificuldade que os sujeitos na economia solidária encontram para apropriar-se de novos modos de trabalhar e de se relacionar. Quem tem maior capacidade expressiva/discursiva – dentro de uma usual concepção – pode acabar assumindo papel de "chefe", caracterizando a troca desigual.

Os resultados de pesquisas recentemente conduzidas (Veronese, 2005 e 2007) também apontam para a presença de contradições importantes nos coletivos autogestionários dos EES. Conseguimos identificar a presença de altos níveis de participação política e de apropriação do sentido da solidariedade nas práticas econômicas; de uma nova forma de viver, representando claramente uma ruptura com o passado de trabalhador explorado, tendo o novo modo de vida significado a emergência de um sujeito em busca da emancipação.

Por outro lado, pode-se encontrar também desconhecimento total dos princípios norteadores da autogestão e da cooperação, atitude passiva esperando que os sócios-gestores, identificados como aqueles que "*sabem o que é a economia solidária*", tomem todas as decisões, representem o EES nos eventos do setor, enfim, conduzam a situação, o que descaracteriza a autogestão e a autoridade compartilhada.

Os graus de gestão coletiva, assim, são bastante variáveis. Existem EES com práticas autogestionárias bastante avançadas, modelares – assembléias com efetiva participação da maioria dos sócios, reuniões periódicas, decisões tomadas no âmbito do coletivo –, sendo que outros ainda reproduzem práticas heterogestionárias, onde os gestores ou lideranças tomam as decisões sozinhos, "comandando" o processo decisório no empreendimento.

As narrativas coletadas através de entrevistas grupais e individuais, participação em reuniões e observações de campo junto a 6 EES de diferentes segmentos e portes (costura, artesanato, reciclagem de lixo, metalurgia, alimentação e habitação), localizados nas cidades de Porto Alegre, São Leopoldo e Canoas (Rio Grande do Sul, Brasil), reconstroem as enormes dificuldades de constituir uma cooperativa ou associação dentro dos parâmetros e valores solidários, que apresentam-se para os participantes do empreendimento através dos discursos que circulam no campo, formando zonas de sentido (Rey, 2003).

A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada a partir de entrevistas individuais e grupais e observações de campo nos empreendimentos. Dos seis locais visitados, dois são cooperativas já consolidadas (em torno de 10 anos de existência), dois são associações em processo de consolidação (entre 5 e 2 anos) e dois grupos que iniciaram o processo de formação há menos de dois anos. Todos eles participaram ou ainda participam de programas de incubação (formação e apoio) de empreendimentos, oferecidos por prefeituras e universidades; têm representação em fóruns locais e regionais de economia solidária. Portanto, podem ser considerados representativos e assim constituem um conjunto restrito, porém significativo, de experiências.

Procuramos observar o coletivo: o EES, a forma de organização do trabalho, as reuniões e assembléias, as tomadas de decisões grupais; e também observar e interrogar sujeitos individuais, para que pudéssemos teorizar sobre as redes de relações tecidas entre as instâncias coletivas e individuais.

As zonas de sentido identificadas incluem uma forte expectativa de transformação e superação, identificação dos projetos da economia solidária com uma sociedade melhor e mais justa, bem como com um posicionamento político à esquerda; idealizam um novo projeto de sociedade, um novo mundo possível a ser construído. E vivenciam a frustração de ver que, na prática, não funciona sempre assim.

São idealizadas, pelos atores da economia solidária, formas de se relacionar, sentir e agir; é como se essa posição de *identidade solidária* fosse algo obrigatório para eles. Sendo egressos de uma forma tradicionalmente capitalista – capitalismo de periferia do sistema mundo globalizado – de produção de riqueza e modos de trabalhar e viver (mesmo que em suas vidas tenham assumido muitas vezes posições de combate às formas de subjetivação capitalistas, já que muitos participaram de movimentos sociais rurais e urbanos antes da inserção na economia solidária), os sujeitos são chamados a uma reestruturação subjetiva, que experimentam como algo acima de suas forças. Sentem-se, portanto, em um labirinto, no qual se perdem e não

chegam a lugar nenhum: "a gente não tá parado, tá lutando como nunca, mas se sente parado porque corre, corre, e não parece sair do lugar... vai aqui, vai ali... mas ninguém tem uma saída que dê pra dizer: 'Bom, agora é por aqui, é só a gente trabalhar'."

Como fruto do trabalho com os dados, estabelecemos uma tipologia entre os empreendimentos, descrevendo quatro fases ou etapas (não necessariamente cronologicamente sucedâneas), no decorrer das quais os/as trabalhadores/as associados/as lutam para constituírem-se como sujeitos do trabalho autogestionário.

Um achado significativo é a importância da presença de lideranças. Os EES mais identificados com as fases 3 e 4 possuem presença marcante de lideranças e essas assumem um papel por vezes empoderador e democrático, por vezes mais concentradoras do poder de decisão. Na ausência de lideranças, reina a confusão. Tal achado não se explica sozinho: faz-se necessário uma investigação mais apurada sobre as razões da importância dos líderes, e como se caracteriza uma liderança solidária, o que motivou um projeto de pesquisa nessa temática específica, encontrando-se esse em fase de coleta de dados.[3]

Para fins de análise, tentamos produzir essa tipologia, para irmos ganhando clareza sobre as diferenças entre os empreendimentos. Mas tais etapas não necessariamente sucedem-se de modo cronológico, linear, da forma "inferior" para a "superior". Eventualmente pode haver um EES que possa ser identificado em duas ou mais etapas distintas, já que o movimento dos grupos não é linear. Existe uma tendência, nas ciências em geral e especificamente nas humanas e sociais (Darwin, Marx, Durkheim, Piaget e outros) de considerar a existência de uma escala progressiva que leva a uma forma de saber mais desenvolvida e melhor e que serve de norma; parte-se, em termos de sociedade e de sujeito, de formas mais "primitivas" para formas mais "elaboradas" ou "superiores" (Jovchelovitch, 2004).

Não é dessa forma que abordamos a trajetória desses sujeitos. Eles parecem percorrer um caminho cujo movimento poderia ser compreendido como uma espiral; aprendem, erram, voltam, avançam. Trilham as ruas do labirinto, lamentando as agruras e comemorando as conquistas. Vejamos no discurso dos sujeitos: "Lá dentro do Movimento [MTD[4]] eu aprendi um pouco como organizar o pessoal, como fazer reunião, como começar uma reunião, porque uma reunião tem que ter um começo, meio e fim, é tipo um texto. Eu mesmo nem sabia como começar uma reunião". Ele muda,

[3] Representações sociais da liderança em processos autogestionários de trabalho.
[4] Movimento dos trabalhadores desempregados.

aprende, adapta-se, resiste, ou seja, produz-se, tudo como conseqüência das vivências que o trabalho proporciona. Outra fala, do mesmo sujeito: "O cara foi lá, montou uma associação e não sabe trabalhar o pessoal e daí não resolve. Montar é fácil, colocar no papel é fácil, mas depois quero ver na prática. A prática, ela é muito importante."

Assim, apresentamos uma descrição das etapas de desenvolvimento de um EES e das práticas de seus componentes, tal qual sistematizamos a partir da observação dos seis EES, conjunto restrito, porém significativo das experiências autogestionárias.

1ª etapa: Desorganização, falta de clareza do papel de cada um, do que se espera deles como grupo e como trabalhador. Falta de controle de documentos, das entradas e saídas de dinheiro, dependência dos agentes mediadores (técnicos responsáveis pelo processo de orientação) para encaminhar essas questões, dificuldade de comprometimento com os horários de produção e do grupo como efetivo espaço de trabalho. Ausência de apropriação dos pressupostos da economia solidária. Não cumprem horários, não tendo sequer definido horário de trabalho a ser cumprido. Não há planejamento e, mesmo com o acompanhamento regular de agentes mediadores, não parece haver uma evolução significativa. Parece haver um receio, um medo que o estabelecimento de regras e normas seja imposição, seja o contrário da autogestão, e dessa forma ninguém emerge como liderança para estimular os processos. Ausência de lideranças que possam estimular e empoderar os demais membros do grupo a tomar decisões e responsabilizar-se pelas atividades da produção e da gestão do EES. Espaço físico desorganizado, "misturado" ao espaço doméstico. Inserção limitada em redes de movimentos sociais . Renda insuficiente e irregular. Os trabalhadores, contudo, referem alívio por "não ter patrão, ser mais valorizado". *Na fábrica tu és um número, é totalmente impessoal.* Confundem mudança na organização do trabalho com ausência de uma organização do trabalho. Baixa auto-estima dos participantes, em geral; descrença das suas potencialidades, muito tempo perdido em brigas e discussões estéreis. Medo de enfrentar novas realidades (feiras, contatos com pessoas de outros meios sócio-culturais).

2ª etapa: Existe uma presença mais definida de lideranças, bem como maior união do grupo. Presença forte de conflitos relativos à liderança, ainda não completamente explicitados. Ainda existe desconhecimento significativo sobre princípios autogestionários. Certa concentração de poder e saber na pessoa do líder. Maior compromisso com horários de trabalho, não sem dificuldades. Espaço físico, se não totalmente adequado, pelo menos específico da atividade do EES. Existência de apoio mútuo e também de conflitos diversos, sendo bastante contraditória a relação entre os sócios

(amigos num dia, "brigados" no outro). Renda insuficiente para manutenção familiar; mas aparece a expectativa de melhora, na perspectiva do foco, da meta em uma renda digna e crença que isso irá ocorrer. Maior auto-estima dos sujeitos, identificação clara e geral de uma "sensação de liberdade", já que no EES podem sair para levar filhos ao médico, etc., o que nas empresas capitalistas é mais difícil. Experiência do líder em lutas sociais anteriores. Relação mais igualitária, de maior autonomia, com os agentes mediadores e fornecedores.

3ª etapa: Presença de metas melhor definidas, objetivos a serem atingidos, envolvendo ganhos para o grupo e responsabilidade social com as comunidades das quais fazem parte. Maior apropriação dos princípios da economia solidária. Presença de um sentimento de liberdade em relação ao sistema capitalista (ficar com filhos, etc). Presença marcante de lideranças, com conflitos mais evidenciados e discutidos.

4ª etapa: Clareza e apropriação dos pressupostos da economia solidária pelos membros do empreendimento, sendo um fato propulsor para a elaboração de diretrizes e metas. Participação ativa nas redes de economia solidária, bem como utilização de matérias-primas oriundas da *outra economia*. Forte presença de lideranças no empreendimento, sendo estas facilitadoras nas tomadas de decisão provindas das reuniões coletivas. Existência de conflitos inter-pessoais pertinentes ao processo coletivo de produção. Existência de uma carga horária validada pelo coletivo para as atividades produtivas, bem como local apropriado para sua execução. Maior auto-estima e participação em eventos sobre economia solidária. Início de preocupações com o bem-estar e com a saúde ocupacional, onde elementos de saúde e segurança no trabalho são considerados, bem como a busca de soluções para estas questões (ainda não equacionadas, mas presentes como um problema a ser tratado). Construção de identidades no âmbito associativo à luz das atividades realizadas e consciência da prática eficaz das mesmas.

Essas descrições não correspondem a fases cronologicamente sucedâneas, mas a momentos que podem sobrepor-se e interpenetrar-se, estando um mesmo EES em duas ou mais etapas, simultaneamente. Evidente é, contudo, que cada EES assemelha-se mais, em termos de práticas objetivas e percepções subjetivas, a uma ou outra fase.

O despreparo para enfrentar as exigências do trabalho associado é típico de uma sociedade fragmentada, altamente desigual em seu interior, onde as oportunidades de formação profissional estão concentradas no topo da pirâmide social. Na realidade interna dos empreendimentos, eventualmente são reproduzidas relações desiguais, onde os trabalhadores não envolvidos

diretamente na gestão assumem uma posição passiva e não protagônica, descaracterizando assim o processo autogestionário.

Os problemas mais freqüentes são: ausência de comunicação e informação em rede; formação política fragmentada; dependência excessiva de redes de apoio e agentes mediadores; trabalhadores que ocupam posições de gestão comportando-se como "chefes", em relações de mando e obediência típicos do trabalho heterogestionário.

Esse contexto por vezes desfavorece a construção cotidiana da autogestão, pelo menos tal como ela é representada pelos sujeitos. As representações implicam um trabalho simbólico que brota das inter-relações entre o sujeito, o outro e o mundo e têm o poder de construir sentidos (Jovchelovitch, 2004). A formação da representação é uma tarefa pública, um processo dependente do contexto que está fundamentado nas condições sociais, políticas e históricas que conformam contextos específicos.

No caso destas experiências de economia solidária, observa-se que a autogestão tem, para os sujeitos do empreendimento, uma dimensão utópica, um tanto inalcançável, especialmente nas duas primeiras etapas. Existe um movimento na busca de autoridade compartilhada, mas as representações (produto e produtoras dos processos de subjetivação) constituem-se a partir de um campo cheio de contradições e ambigüidades.

Já nos EES com práticas consolidadas de autogestão, os sujeitos revelam transformações subjetivas importantes na sua relação com o trabalho. Como traz uma costureira cooperativada no seu depoimento: "A gente pode decidir juntas o horário de trabalho, atender melhor a família, levar um filho no médico... na fábrica já acham que é corpo mole." Essa possibilidade oferece uma sensação de maior liberdade e apropriação da própria vida, que confere uma percepção de si diferente, mais valorizada. O depoimento da recicladora de lixo urbano revela: "Antes a gente achava que não valia nada, catava lixo, era um lixo... mas agora que eu estou aqui no grupo eu sei que sou uma agente ambiental, faço parte de um grupo, é muito melhor." Isso, somado ao fato de que, à medida que o EES vai se estruturando, remunera melhor o associado, confere um caráter de maior dignidade e participação na renda familiar – em especial no caso das mulheres. Tal situação demonstra que os princípios da economia solidária são efetivados em alguns casos, nomeadamente naqueles onde o grupo já dedicou bastante tempo na construção da autogestão, possui uma caminhada de aprendizado na construção da gestão coletiva. Isso indica, inclusive para pensar as políticas de apoio à economia solidária, que o processo é demorado e a construção da gestão coletiva dificilmente efetiva-se em coisa de um ou dois anos.

Considerações finais

Para recriar a promessa de emancipação social, há que recriar a subjetividade que anima cada pessoa na sua singularidade (Santos, 2000). Não é da natureza da utopia ser realizada plenamente, embora algumas idéias utópicas eventualmente o sejam; ela é a metáfora das hipercarências que enfrentamos e demanda uma arqueologia virtual do presente, para identificar o que há de comum com ela, a ser potencializado. As condições de potencialização são fornecidas fundamentalmente pelas novas subjetividades. Por isto a articulação entre subjetividade e economia solidária mostra-se relevante nas análises sobre esse campo, pois é a partir da emergência de uma nova subjetividade que os atores darão conta dos conflitos inerentes aos processos autogestionários e dessa forma poderão produzir práticas emancipatórias.

A subjetividade capaz de insurgir-se contra a indolência da razão única situa-se naquele espaço onde o sujeito resiste e se recusa a ser objeto. É a não desistência do desejo de cartografar novos caminhos nas vivências laborais e não somente nestas, pois o espaço-tempo da economia solidária é misto: muitas vezes envolve aspectos comunitários, domésticos e familiares. O desejo de construir outra economia, outras relações de trabalho e uma vida melhor demandam reestruturações subjetivas.

Tais processos de produção de subjetividade estão longe de dar-se sem sofrimento e muito aprendizado conjunto. Inconformidade é seu motor, mas os seus contornos só podem delinear-se articulando o campo cognitivo, emocional e relacional no plano do mundo vivido. Sendo que a única forma de fazê-lo é apreender o outro. O processo de subjetivação possível nessa direção eu entendo como uma heterotopia, no sentido que lhe confere Santos (2000).

A subjetividade – e os processos de subjetivação que a permitam – capaz de realizar a deslocação radical da heterotopia na direção da liberdade e solidariedade implica um sujeito ativo, participante. É o trabalhador ou trabalhadora autogestionário capaz de ir para uma discussão, por exemplo, uma assembléia com seus pares, disposto a ouvir e ser ouvido, mesmo que exposto a muitas contradições na tentativa do diálogo. Sem práticas dialógicas, não há autogestão possível.

Também da heterotopia tem de ser constitutiva a noção de *cuidado*, como uma relação onde a ação de um resulta no bem-estar de outro. Essa seria a garantia da dimensão ética da deslocação. O cuidado é uma categoria das mais importantes nas relações sociais, posto que é condição da existência dos sujeitos e do mundo em que vivem. Cuidado de si, do outro e da natureza como constitutivos de práticas de liberdade e solidariedade.

O caráter aberto dessas tentativas, sua existência enquanto processualidade, torna impossível uma análise definitiva e generalizável. O sujeito, no trabalho solidário, está de alguma forma posto como *possibilidade* de emergência. Emerge das tentativas de produzir a autogestão baseada na autoridade compartilhada, que é, afinal, uma possibilidade concreta, embora de difícil apropriação.

A pesquisa nos mostrou que existe um potencial emancipatório nas experiências de economia solidária, por proporcionarem e mesmo demandarem maior participação na gestão, criando uma cultura de participação e empoderamento do coletivo.

Partindo do pressuposto da incompletude das culturas e alternativas (Santos, 2002), elas sempre podem ser enriquecidas com elementos umas das outras. Justamente por isto é que o trabalho na economia solidária pode ser reinventado não como ruptura total, mas como reconstrução em cima de um cabedal de saberes já tidos pelos sujeitos que participam dos EES.

Cartografar os caminhos possíveis nesses novos tempos, no âmbito do trabalho e para além dele, é uma tarefa altamente desafiadora; mas receio que não nos reste outra escolha, pois não fazê-lo implica aceitar a realidade como esgotando-se no que já existe, aceitando-a *só* porque existe. Acredito que temos o direito de desejar e experimentar cada vez mais e melhores alternativas.

Referências bibliográficas

Albuquerque, Paulo Peixoto (2003), "Autogestão", *in* Antonio David Cattani (org.), *A outra economia.* Porto Alegre: Veraz Editores, 20-25.

Andrada, Cris Fernandez (2005), *O encontro da política com o trabalho: História e repercussões da experiência de autogestão das cooperadas da UNIVENS*. Tese de doutorado em psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Berger, Peter; Luckman, Thomas (2007), *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes (Original publicado em inglês em 1967).

Gaiger, Luiz Inácio (2004), *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. São Paulo: Unitrabalho; Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Gaiger, Luiz Inácio (2009), "Empreendimento econômico solidário", *in* Antonio Cattani; J.-L. Laville; Luiz Gaiger; Pedro Hespanha (orgs.), *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina.

Guattari, Felix (1992), *CAOSMOSE: Um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Jovchelovitch, Sandra (2004), "Psicologia social, saber, comunidade e cultura", *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 20-31.

Lazzarato, Maurizio; Negri, Antonio (2001), *Trabalho imaterial: Formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: D&PA.

Rey, Fernando Gonzalez (2003), *Sujeito e subjetividade*. São Paulo: Thomson Learning.

Sachs, Ignacy (2004), *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado.* Rio de Janeiro: Garamond.

Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.

Santos, Boaventura de Sousa; Rodríguez, César (2002), "Introdução: para ampliar o cânone da produção", *in* Boaventura de Sousa Santos (org.), *Produzir para viver: Os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 23-78.

Singer, Paul (2002), *Introdução à economia solidária.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Tittoni, Jaqueline (1994), *Subjetividade e trabalho*. Porto Alegre: Ortiz.

Veronese, Marilia Veríssimo (2005a), "Análise de um empreendimento de economia solidária sob a ótica da sociologia das ausências e das emergências", *Ciências Sociais UNISINOS*, 41(2), 89-99.

Veronese, Marilia Veríssimo (2005b), "Possibilidades solidárias e emancipatórias no trabalho: Campo fértil para a prática da psicologia social crítica", *Psicologia & Sociedade*, 17(2), 58-69.

Veronese, Marilia Veríssimo (2006), "Subjetividade, trabalho e solidariedade", *Aletheia*, 24, 105-114.

Veronese, Marilia Veríssimo (2007), *Psicologia social e economia solidária*. São Paulo: Idéias & Letras.